

Nexos Econômicos
v. 16, n. 1, jan-jun. 2022
p. 77–99
doi.org/10.9771/rene.v16i1.55838



Mercadoria, dialética e o caráter a-histórico do trabalho abstrato e do valor

Commodity, dialectics and the ahistorical character of abstract labour and value

Lucas Milanez de Lima Almeida¹
Antonio Carneiro de Almeida Júnior²
Nelson Rosas Ribeiro³

Resumo: O presente ensaio buscou trazer novos elementos que contribuíssem para o debate em torno do caráter histórico, ou não, do valor e do trabalho abstrato. Para isso, apresentamos uma formulação geral da categoria “unidade de contrários dialéticos”, a qual serviu para definir a mercadoria como uma unidade de contrários formada pelo par valor e valor de uso. A partir disto e das três propriedades da forma equivalente do valor, defendemos o caráter a-histórico do valor e do trabalho abstrato, admitindo que o valor é resultado do trabalho incorporado. Por fim, discutimos criticamente alguns dos argumentos que sustentam a concepção que interpreta o valor como uma relação social.

Palavras-chave: Teoria do valor trabalho; Teoria econômica marxiana; Materialismo dialético.

Abstract: This essay sought to bring new elements that would contribute to the debate around the historical character of value and abstract human labor. For this, we present a general formulation of the category “unity of dialectical opposites”, which served to define the commodity as a unit of opposites formed by the pair value and use value. Based on this and the

¹Universidade Federal da Paraíba. Autor(a) correspondente,
Email: lucasmilanez@gmail.com.

²Universidade Federal de Rondonópolis.

³Universidade Federal da Paraíba.

three properties of the equivalent form of value, we defend the ahistorical character of value and abstract human labor, admitting that value is the result of incorporated labor. Finally, we critically discuss some of the arguments that support the conception that interprets value as a social relationship.

Keywords: Labor theory of value; Marxian economic theory; Dialectical materialism.

JEL codes: D46; B51; B49.

I Introdução

Dentro do campo marxista, perdura até a atualidade um debate acerca do caráter histórico do valor e do trabalho abstrato. Em uma revisão desse debate, [Mollo \(2013\)](#) divide as diversas interpretações da teoria marxiana do valor em dois grupos. O primeiro traz a concepção do valor como trabalho incorporado, segundo a qual Marx teria desenvolvido a teoria elaborada por Ricardo e, por isso, enfatizaria o aspecto quantitativo do trabalho. Com isto, nessa concepção, o valor teria um caráter a-histórico, ou seja, ele resultaria do trabalho sob seu aspecto abstrato em qualquer modo de produção. O segundo grupo reúne aqueles que defendem a concepção do valor como relação social, segundo a qual o valor transcende a mera análise quantitativa e assume um caráter historicamente determinado e delimitado à sociabilidade capitalista.

Sem reproduzir o debate e os argumentos já presentes na literatura, este breve ensaio se propõe a trazer novas interpretações em favor do primeiro grupo. Assim, pretendemos contribuir para essa discussão ao demonstrar que a conceituação apropriada da mercadoria, que deve ser feita a partir das categorias do materialismo dialético, revela o caráter a-histórico do trabalho abstrato e, portanto, do valor. Nesse sentido, a existência do valor antecede a sociedade capitalista e provavelmente a sucederá. A partir de textos de Marx e do uso de categorias da dialética, a seção a seguir traz uma proposta de definição do que seria a mercadoria segundo o autor. Em seguida, confronta-se essa interpretação com textos selecionados da literatura, com o objetivo de destacar as implicações da sua utilização. Por fim, são realizadas as considerações finais do texto.

II Uma definição de mercadoria

II.1 O duplo caráter do trabalho e do seu produto

Por ser a forma elementar da riqueza em sociedades capitalistas, o primeiro fenômeno analisado por Marx (2006) em *O Capital* é a mercadoria. Ao contrário do que afirma Arthur (2005), o nosso entendimento é que ela é analisada em uma sociedade simplificada onde constitui a única forma que assume o produto trabalho humano. Como consequência, existe aí uma única classe social: a de produtores de mercadorias. Nesse sentido, as descobertas derivadas da análise se referem a toda sociedade mercantil e não exclusivamente ao capitalismo. Chamamos atenção, por exemplo, para a nota de rodapé nº 15 onde se afirma: “Repare o leitor que não se trata aqui de salário. [...] Não existe ainda a categoria salário neste estágio de nossa exposição” (MARX, 2006, p. 66). Outra menção à restrição imposta à análise é feita pelo autor ao afirmar que “As pessoas aqui só existem, reciprocamente, na função de representantes de mercadorias e, portanto, de donos de mercadorias” (MARX, 2006, p. 109–110).

Marx, portanto, inicia o estudo do fenômeno mercadoria em uma sociedade mercantil não capitalista. Trabalhando com este modelo simplificado, identifica o valor de uso, categoria ligada às capacidades que as mercadorias têm de satisfazer uma necessidade humana e, portanto, ter utilidade. A partir daí, o foco da análise é explicar por que razão valores de uso distintos, fruto de trabalhos com características distintas, podem ser iguados em uma proporção específica. Marx (2006) pretende, então, inicialmente, explicar a origem do valor de troca.

Ele vai concluir que o conteúdo do valor de troca deve ser totalmente diferente dessas características distintivas, sendo necessário abstrair-se delas. Feito isso, resta apenas o fato de ser a mercadoria resultado do trabalho humano. Mas não simplesmente como este se apresenta na realidade, e sim sob o aspecto abstrato, destituído de qualquer caráter concreto, reduzido a simples gasto de energia humana. Assim, no campo das ideias, é possível reduzir a mercadoria a mera “massa de trabalho humano homogêneo” (MARX, 2006, p. 84–85). Como cristalização dessa substância, que é comum a todas elas, as mercadorias são, portanto, valores, e a grandeza do valor das mercadorias é medida “Por meio da quantidade da ‘substância criadora de valor’ nele contida, o trabalho. A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações do tempo, como hora, dia, etc.” (MARX, 2006, p. 60). Na sua

formulação, Marx não integra nenhum elemento subjetivo, transcendental ou misterioso. Valor é trabalho humano abstrato incorporado, sendo que o valor de troca nada mais é do que a forma de expressão desse valor. Estes elementos, por sua vez, estabelecem entre si uma relação forma-conteúdo⁴.

Desta feita, tanto o trabalho como o seu produto vão sempre possuir um duplo caráter. Por um lado, o trabalho é concreto, constituindo um conjunto de operações específicas para transformar um objeto de trabalho em valor de uso específico. Por outro, todos os trabalhos concretos são, em essência, dispêndio de força física e mental para gerar valor. Em outras palavras, o caráter concreto do trabalho determina o valor de uso do seu produto, ao passo que o seu caráter abstrato determina o valor. Portanto, o duplo caráter do trabalho humano independe deste assumir ou não a forma de mercadoria. Para Marx (2006, p. 93),

[...] por mais que difiram os trabalhos úteis ou as atividades produtivas, a verdade fisiológica é que são funções do organismo humano, e cada uma dessas funções, não importa a forma ou o conteúdo, é essencialmente dispêndio do cérebro, dos nervos, músculos, sentidos etc. do homem.

Ou seja, é uma verdade fisiológica, e não histórica, que qualquer forma concreta de trabalho é dispêndio de energia humana. Desde a origem da humanidade, os indivíduos gastam força física e mental em processos de transformação de objetos de trabalho em valores de uso. Isso implica que, desde que seja reconhecido como socialmente útil, o produto de todo e qualquer trabalho humano, em qualquer período histórico, contém valor na medida em que o trabalho, sob o aspecto abstrato, lhes atribui este elemento. Para usar novamente as palavras de Marx (2006, p. 60), “Um valor de uso ou bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato”.

Diante disso, não é o fato de conter valor que diferencia a mercadoria de um mero produto do trabalho, mas outra circunstância. Para identificarmos tal circunstância, precisamos de uma ferramenta fornecida pelo materialismo dialético.

⁴“En el mundo objetivo, el contenido es el aspecto interno de los objetos. Este aspecto representa un conjunto de elemento y procesos que constituyen el fundamento de la existencia y del desarrollo de las cosas. La forma es la organización, la estructuración del contenido. En los fenómenos, que pertenecen a la esfera del conocimiento, la forma es la expresión del contenido” (ROSENTAL; STRAKS, 1958, p. 197).

II.II A unidade e a luta dos contrários

A importância da unidade e da luta dos contrários é inequivocamente reconhecida pela esmagadora maioria dos pesquisadores do campo marxista, senão por todos. Tal importância reside no fato de que o processo de desenvolvimento em si é resultado dessa luta (LÊNIN, s.d., p. 327–328). Para elucidar a categoria, podemos fazer uso da definição a seguir:

A real contradiction is a unity of opposites. There is a real contradiction inherent, as we say, in the very nature of a thing or process or relationship when in that thing or process or relationship opposite tendencies are combined together in such a way that neither can exist without the other. In the unity of opposites, the opposites are held together in a relation of mutual dependence, where each is the condition of existence of the other (CORNFORTH, 1971, p. 92–93).

Com base nessa definição, bastante próxima da apresentada por Cheptulin (2004, p. 286–287), podemos extrair um instrumento chamado de unidade de contrários dialéticos. Definiremos que uma unidade de contrários dialéticos é formada por um par de categorias gerais distintas, mas inter-relacionadas, que coexistem mutuamente (unidade), mas, quando observamos a manifestação particular de uma, é excluída a possibilidade de manifestação simultânea da outra (luta e contradição dialética). A conexão essencial estabelecida entre ambas não é casual, sendo, ao contrário, necessária.

Para demonstrarmos a unidade e a luta dos contrários, devemos primeiro identificar a unidade, a existência mútua dos contrários. Isto é feito por meio da relação entre duas categorias abstratas que formem, de fato, um par. Mas a unidade de dois elementos gerais deve ser entendida por meio da abstração de um fenômeno qualquer. Desta abstração devem surgir duas categorias contrárias que sejam mutuamente necessárias uma à outra.

Para elucidar, podemos fazer uso de um dos exemplos citados por Lênin (s.d., p. 137): as categorias pai e filho. Ambas são categorias abstratas que representam uma relação consanguínea entre dois indivíduos (levando-se em consideração apenas o aspecto biológico, e não os psicossociais). Para haver o pai é necessária a existência do filho, enquanto que, sem filho, não há pai. Sem um não há o outro, o que os torna mutuamente necessários, e, na nossa categorização, faz com que constituam a unidade paternidade.

Outro exemplo pode ser retirado de *O Capital*. Marx (2006) define o valor-capital como valor em progressão que necessariamente deve perpassar pelas fases de circulação e produção. Caso não o faça, não consegue seu objetivo central: valorizar a si mesmo. Sem a compra de meios de produção e força de trabalho no ato $D - M$, o capitalista não consegue constituir os elementos necessários para a extração de mais-trabalho. Sem a realização da produção (no ato P), o capitalista não pode produzir a mercadoria acrescida de mais-valia. Por fim, sem que essas mercadorias sejam vendidas no ato $M' - D'$, o mais-trabalho não é realizado, logo, não ocorre valorização. Nesse sentido, produção e circulação formam a unidade processo de valorização do capital.

Identificada a unidade, o segundo passo é demonstrar que os contrários se excluem mutuamente, estão em luta, em oposição. Para tanto, devemos recorrer à manifestação particular das categorias que constituem o par, ou seja, devemos observar as categorias contrárias em seu movimento concreto.

Retomando o exemplo de Lênin, pais e filhos necessitam mutuamente um da existência do outro. Porém, numa relação entre dois indivíduos particulares, A e B , que tenham entre si a relação de paternidade, um ou é pai, ou é filho do outro. Entre A e B , ou A é pai de B , ou B é pai de A , ou seja, A ou é pai ou é filho, sendo B , por exclusão, ou filho ou pai. Não é possível A ser, simultaneamente, pai e filho de B e vice-versa. Nesta inter-relação de dois indivíduos particulares, a paternidade, por ser formada pela unidade de dois elementos mutuamente excludentes, pai e filho, pode ser classificada como uma unidade de contrários dialéticos.

No caso do processo de valorização do capital, podemos observar que, em um dado momento, cada unidade do valor capital, uma vez que só pode assumir a forma de capital dinheiro, capital mercadoria (formas da circulação) ou capital produtivo (forma da produção), não pode encontrar-se na esfera da produção e na esfera da circulação ao mesmo tempo. Se está na circulação (forma D ou M), não está sendo usado produtivamente (forma P), se está sendo usado produtivamente (P), não está na circulação (D ou M). O processo de valorização do capital é, portanto, a unidade formada pelo par de contrários “produção \times circulação”.

Podemos, portanto, generalizar o que foi exposto, simbolicamente, do seguinte modo. Sejam A e não- A um par de contrários. Eles formam uma unidade de contrários dialéticos se e somente se: 1) ambos existirem simultaneamente, para formar uma unidade (se qualquer um deles desaparecer, desaparece a unidade); e 2) se eles estiverem em oposição.

Para provar a primeira parte basta observar a unidade e verificar o que ocorre se qualquer um deles desaparecer. Ela deixará de existir. No exemplo anterior, se deixar de existir ou a produção (A) ou a circulação (não-A), desaparece a unidade “o capital”. Igualmente, sem o pai não há o filho (e vice-versa) e, portanto, não há a paternidade.

Para provar a segunda parte, temos que observar o fenômeno em movimento. Se tomarmos um elemento B, do mesmo conjunto, B ou é A, ou é não-A. B não pode ser os dois ao mesmo tempo. No exemplo anterior, uma unidade de valor capital (B) ou está na produção (A) ou está na circulação (não-A). Na paternidade, um indivíduo (B) ou é o pai (A) ou é o filho (não-A).

Por fim, é preciso ter em mente que, apesar de a contradição constituir elemento importante do processo de desenvolvimento dos fenômenos, ela não é o único tipo de relação que eles estabelecem entre si. Há entre os fenômenos naturais e sociais relações de concordância, correspondência e harmonia (CHEPTULIN, 2004, p. 290–291). Assim, há que diferenciar entre unidades e unidades de contrários. Ao passo que as últimas são uma unidade formada por elementos que se excluem mutuamente, as primeiras são formadas por elementos cuja existência tem dependência mútua, mas não estão em oposição. Nesse sentido, elementos que constituem uma unidade pura e simples podem manifestar-se simultaneamente.

Uma vez definida a unidade de contrários dialéticos, já temos a ferramenta necessária para compreender o que faz a mercadoria diferenciar-se de outras formas assumidas pelo produto do trabalho humano.

II.III A mercadoria como unidade de contrários dialéticos

O início da história da humanidade é caracterizado pela presença de sociedades primitivas onde toda a produção era destinada para o autoconsumo. Já vimos que, por definição, mesmo aí o trabalho possui duplo caráter: é concreto por constituir atividade específica de transformação de objeto de trabalho específico em valor de uso específico, e é abstrato por constituir desgaste de força física e mental para geração de riqueza. Nesse sentido, possui também duplo caráter o produto desse trabalho: o valor é gerado pelo caráter abstrato do trabalho e o valor de uso, pelo caráter concreto.

Além disso, sem que seja realizado o dispêndio de força física e mental, as propriedades do objeto de trabalho não poderiam ser alteradas de forma que este se transformasse em valor de uso para seus produtores. Como consequência, a criação do valor de uso pressupõe a

cristalização de valor. Ao mesmo tempo, sem que seja útil para satisfazer alguma necessidade humana, o produto do trabalho desempenhado pelos indivíduos nessa sociedade não seria considerado riqueza, não seria um valor. Assim, a materialização do valor só pode ocorrer no corpo de um valor de uso. Ou seja, como elementos constituintes do produto do trabalho humano destinado ao autoconsumo, valor e valor de uso formam uma unidade. Dito de outra forma, o produto do trabalho humano destinado ao autoconsumo é a unidade formada por valor e valor de uso, sendo esta riqueza reconhecida como útil e consumida (seja consumo imediato ou consumo posterior ao processo de produção). Quando a produção é para autoconsumo, valor e valor de uso coexistem no produto e, por isso, são simultaneamente reconhecidos pelo seu produtor. Elas formam uma unidade, mas não uma unidade de contrários, uma unidade contraditória.

Mas o que ocorre quando esse produto não pode satisfazer nenhuma necessidade dos seus produtores, mesmo que seja útil para outros indivíduos? Ele segue possuindo valor e valor de uso, mas, ao mesmo tempo, esses elementos encontram-se em contradição. Para se transformar em mercadoria, o produto do trabalho humano deve conter valor, valor de uso, mas o seu produtor não deve vê-lo como útil para si. Caso contrário o consumiria. Este é o momento em que a simples unidade se transforma em unidade de contrários. Dá-se um salto qualitativo no desenvolvimento da sociedade que faz surgir esta contradição. O produto do trabalho humano, embora contenha valor e valor de uso, nega a condição de valor de uso para o seu produtor e por isso seu valor é ideal, não podendo realizar-se naquele corpo que o encarna. Por essa razão, ele se transforma em mercadoria e deve ser levado ao mercado até encontrar um corpo no qual o seu valor possa se materializar como valor de troca. Nas palavras de Marx (2008, p. 69):

A mercadoria é valor de uso, seja trigo, tecido, diamante, máquina etc.; ao mesmo tempo, como mercadoria, não é valor de uso. Se fosse valor de uso para seu possuidor, isto é, um meio imediato de satisfação de suas próprias necessidades, não seria mercadoria. Para seu possuidor é, ao contrário, não-valor de uso.

Assim, a circunstância de que o produto não possa satisfazer nenhuma necessidade dos seus produtores, mesmo que seja útil para outros indivíduos, cria uma contradição entre o valor e o valor de uso

inerentes a ele. Agora eles não formam mais uma unidade e sim uma unidade de contrários. Nesse sentido, a mercadoria é a unidade formada pelo par de contrários dialéticos valor \times valor de uso.

Nessas circunstâncias, para que seu trabalho não seja em vão, o produtor precisa transformar aquilo que não lhe é útil em algo capaz de satisfazer uma necessidade sua. Sob outra perspectiva, para que a energia por ele despendida, o valor por ele criado, não seja em vão, o produtor necessita da troca do seu não-valor de uso por outro que lhe seja útil. No caso da contradição inerente à mercadoria, sob o risco de não ter como sobreviver, o produtor precisa resolver esta contradição. De acordo com Cheptulin (2004, p. 293),

Nas condições adequadas, as diferenças essenciais tornam-se contrários. A partir desse estágio e em seu desenvolvimento, as contradições chegam ao estágio dos extremos, em que os contrários entram em conflito, passam um no outro, tornam-se idênticos e, exatamente por isso, condicionam a resolução das contradições.

Para que a troca ocorra, primeiramente o produtor precisa encontrar uma mercadoria que ele reconheça como valor de uso e, além disso, que seu montante iguale o valor das mercadorias que quer trocar. Por fim, o possuidor desta outra mercadoria precisa reconhecer o valor de uso da sua. Na representação teórica desse processo, naquilo que Ribeiro (2008) chamou de equações do valor (ou formas do valor, em *O Capital*), a mercadoria do primeiro produtor assume o posto de forma relativa do valor. Já a mercadoria pela qual irá trocá-la assume o posto de forma equivalente do valor. Aí, “A primeira peculiaridade que salta aos olhos, ao observar-se a forma de equivalente, é que o valor-de-uso se torna forma de manifestação do seu contrário, isto é, do seu valor” (MARX, 2006, p. 78). Na troca, o possuidor da mercadoria verá manifestar o valor nela contido apenas no corpo de outra mercadoria. Ou seja, o valor da sua mercadoria manifesta-se em um valor de uso estranho ao original, pois manifesta-se no corpo da mercadoria que ocupa o papel de forma equivalente. Manifesta-se o valor, então, no valor de troca.

Disto deriva a contradição que a sociedade mercantil impõe à unidade formada pelo par trabalho concreto e trabalho abstrato. Na sociedade de produtores de mercadorias, o trabalho abstrato é executado por meio de um trabalho concreto que resultará em um valor de uso no qual o valor não poderá se manifestar. Por isso, para o produtor

da mercadoria, a energia humana por ele gasta (trabalho abstrato) em seu processo de trabalho específico (trabalho concreto) estará apenas em seu consciente e “em potencial” na mercadoria que produziu. Ou seja, o valor será apenas ideal, pois está na cabeça do seu produtor, mas não em algo material que lhe seja útil e possa ser consumido. Para resolver esta contradição, é preciso que se dê a troca, uma relação social entre produtores independentes mediada pelas mercadorias que produziram. “É, portanto, uma segunda propriedade da forma de equivalente o trabalho concreto tornar-se forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato” (MARX, 2006, p. 80).

Terminada a transação, cada um sai do mercado com uma coisa de mesmo valor que antes, porém de qualidades diferentes. Por isso, ao serem trocadas as mercadorias, cada produtor tem nas mãos algo que simultaneamente tem valor e valor de uso, portanto ainda constituem uma unidade, mas que agora não estão mais em oposição, na medida em que cada um irá consumir os respectivos objetos trocados. O mesmo é válido para o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Sendo assim, com a troca, a contradição se resolve, e as outrora mercadorias voltam a ser uma simples unidade entre valor e valor de uso, retirando-se do mercado e destinando-se ao consumo. Também, o trabalho abstrato despendido encontra noutro trabalho concreto o caminho para formarem uma unidade. Podemos afirmar que este é o objetivo da troca para o produtor: resolver a contradição entre valor e valor de uso da mercadoria que tem em mãos, solucionando, também, a contradição entre o caráter concreto e abstrato do trabalho humano⁵.

A consequência imediata do que foi exposto é que temos a possibilidade de o trabalho de um indivíduo ser executado em vão, já que quem deve reconhecer a utilidade de uma mercadoria são outros indivíduos que não o seu possuidor. Conforme apontado por Marx (2008, p. 69–70),

Como valor de uso, é preciso que chegue a sê-lo, em primeiro lugar para os demais. Não sendo valor de uso para seu próprio possuidor, o é para os possuidores das demais mercadorias. Caso contrário, seu trabalho seria inútil e o produto deste não seria mercadoria. [...] Para se converter em valor de uso, é preciso que a mercadoria se encontre diante da necessidade especial que pode satisfazer. [...] O pão, ao passar das mãos do pa-

⁵Sobre o desenvolvimento da contradição interna entre valor e valor de uso numa mercadoria e sua manifestação externa, vide o primeiro capítulo de Ribeiro (2008).

deiro às do consumidor, não modifica seu modo de ser como pão. [...] A única transformação que sofrem as mercadorias em sua conversão em valores de uso é, pois, a obliteração de sua existência formal no que eram não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para os não-possuidores.

Aqui queremos chamar a atenção para algo importante. O processo de reconhecimento de um valor de uso por parte da sociedade também possui um duplo caráter: é o reconhecimento de determinado trabalho privado como trabalho social. Da mesma forma, o não reconhecimento do valor de uso do produto do trabalho é, ao mesmo tempo, a classificação do trabalho privado como inútil pela sociedade. Esta, por sua vez, é a única circunstância em que o trabalho, apesar de gerar valor, a partir do seu caráter abstrato, não terá este valor reconhecido pela sociedade. Terá sido trabalho inutilmente gasto e será destruído. O trabalho concreto e o valor de uso em que estava materializado não foram reconhecidos como úteis por nenhum indivíduo daquela sociedade e, portanto, o trabalho privado não foi reconhecido como parte do trabalho social.

Qualquer que seja o modo de produção, a avaliação dos trabalhos privados por parte da sociedade precisa acontecer. A forma como tal processo ocorre em uma sociedade voltada para o autoconsumo e em uma sociedade mercantil, contudo, muda drasticamente. Nas sociedades onde a produção é voltada para o autoconsumo, o trabalho privado é imediatamente social. Ali, determinado trabalho privado não carece de encontrar outro trabalho privado (no mercado) para ser socialmente reconhecido como útil e, só assim, assumir “a forma do seu contrário, trabalho em forma diretamente social” (MARX, 2006, p. 81). Nestas sociedades, trabalho privado e trabalho social formam uma unidade. Isso porque o reconhecimento desse trabalho privado como social ocorre *ex-ante*, na distribuição das tarefas entre os produtores. O processo de controle do desperdício de trabalho ocorre durante a distribuição de tarefas, visto que elas são distribuídas de acordo com as aptidões de cada um e das necessidades do grupo. Assim, sendo imediatamente social e dado o seu caráter abstrato, todo trabalho privado é gerador de valor nessas sociedades – excetuando-se os insucessos naturais inerentes à realização de certas atividades concretas. Como dito antes, contudo, esse valor não se encontra em contradição com o valor de uso do produto, logo, esse produto não assume a forma de mercadoria. Ele é riqueza material imediatamente reconhecida por

seus produtores. Em *O Capital*, Marx (2006) usa tanto a produção feudal como a produção da indústria rural patriarcal como exemplos da identificação imediata entre trabalho privado e social:

A forma diretamente social do trabalho é aqui a forma concreta do trabalho, sua particularidade, e não sua generalidade abstrata, como ocorre com a produção de mercadorias. A corveia, como o trabalho que produz mercadorias, mede-se pelo tempo, mas cada servo sabe que quantidade de sua força pessoal de trabalho depende no serviço do senhor. [...]

Para estudar o trabalho em comum, isto é, a associação direta de trabalho, não é mister recuar à forma comunitária que aparece naturalmente no limiar da história de todos os povos civilizados. Constitui um exemplo próximo a indústria patriarcal rural de uma família camponesa, que produz, para as próprias necessidades, trigo, gado, fio, tela de linho, peças de roupa etc. Essas coisas diversas são, para a família, produtos diversos do seu trabalho, mas não se confrontam entre si como mercadorias. As diferentes espécies de trabalho que dão origem a esses produtos – lavoura, pecuária, fiação, tecelagem, costura etc. – são, na sua forma concreta, funções sociais, por serem funções da família, que tem, como a produção de mercadorias, sua própria e espontânea divisão do trabalho. Diferenças de sexo e de idade e as condições naturais do trabalho, variáveis com as estações do ano, regulam sua distribuição dentro da família e o tempo que deve durar o trabalho de cada um de seus membros.

As forças individuais de trabalho operam, naturalmente, como órgãos da força comum de trabalho da família e, por isso, o dispêndio das forças individuais de trabalho, medido pelo tempo de sua duração, manifesta-se, aqui, simplesmente em trabalhos socialmente determinados (MARX, 2006, p. 99–100).

Nas sociedades mercantis, por outro lado, o trabalho privado é executado antes de ser reconhecido como trabalho social. Com a sociedade mercantil, a unidade entre trabalho privado e trabalho social transformou-se, então, em uma unidade de contrários. Nasceu uma contradição que deve ser resolvida. Nas palavras de Marx (2006, p. 94–95):

Objetos úteis se tornam mercadorias, por serem simplesmente produtos de trabalhos privados, independentes uns dos outros. O conjunto desses trabalhos particulares forma a totalidade do trabalho social. Processando-se os contatos sociais entre os produtores, por intermédio da troca de seus produtos de trabalho, só dentro desse intercâmbio se patenteiam as características especificamente sociais de seus trabalhos privados. Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores.

Antes desse processo de reconhecimento, o valor é apenas valor ideal, está apenas na cabeça do produtor. Por sua vez, o reconhecimento do valor de uso da mercadoria através da troca é, ao mesmo tempo, o reconhecimento do trabalho privado como social. A peculiaridade desse processo, contudo, é exigir que o valor assuma uma forma externa (estranha à forma inicial) de manifestação: o valor de troca. Além disso, em tal processo de reconhecimento, o mecanismo que controla o desperdício de trabalho é o tempo de trabalho socialmente necessário, que garante que apenas a parte do tempo de trabalho privado equivalente ao tempo médio de produção dessa mercadoria seja reconhecida na troca como trabalho social e, portanto, gerador de valor.

Diante do exposto, se é o trabalho abstrato a substância do valor, o trabalho para o autoconsumo é gerador de valor. Esse valor, contudo, não está em contradição com o valor de uso no qual está cristalizado. Por isso, nem o produto do trabalho assume a forma de mercadoria, nem o valor assume uma forma de manifestação externa (estranha à forma original), que é o valor de troca. Para [Marx \(2006, p. 199–200\)](#):

O aparecimento do produto sob a forma de mercadoria supõe uma divisão de trabalho tão desenvolvida na sociedade que, ao ocorrer esse aparecimento, já terá concluído a dissociação entre valor-de-uso e valor-de-troca, dissociação que começa com a permuta direta. Esse estágio de desenvolvimento é comum a diversas formações econômico-sociais.

Ou seja, para que a mercadoria surja, está pressuposto o desenvolvimento das forças produtivas sociais ao ponto de criar uma contradição entre valor e valor de uso e que essa contradição se externalize como uma contradição entre valor de uso e valor de troca. Portanto, do que expusemos aqui deriva-se que tanto o duplo caráter do trabalho quanto a capacidade de gerar valores de uso e valor são inerentes ao trabalho humano, independentemente da etapa histórica em que é realizado.

III Uma crítica à interpretação do valor como categoria exclusiva do capitalismo

Uma série de autores marxistas adotam uma interpretação distinta da nossa no que diz respeito ao processo de geração de valor por parte do trabalho. Para M. Carcanholo (2009, p. 4–6), ao passo que o caráter concreto do trabalho é comum a todas as sociedades, o seu caráter abstrato é exclusividade da sociedade capitalista. Borges Neto (2008, p. 118), por sua vez, apresenta posicionamento semelhante ao reconhecer a existência do caráter concreto do trabalho em outros modos de produção, ao mesmo tempo em que afirma que “a generalização das relações mercantis dá origem a uma substância socialmente constituída, o trabalho abstrato, objetivada como valor das mercadorias” (BORGES NETO, 2008, p. 119–120).

Nesse sentido, para esses autores, não é qualquer trabalho que gera valor, mas sim o trabalho desempenhado em uma sociedade mercantil, sobretudo uma sociedade mercantil capitalista. Deriva-se da exposição de M. Carcanholo (2009) que isso ocorre porque:

É o próprio modo de produção capitalista que determina o trabalho abstrato como homogeneização (igualação) dos trabalhos concretos privados, por intermédio das trocas dos produtos desses trabalhos (que assumem a forma mercadoria), segundo seus valores, que, com a sua expressão no equivalente-geral (dinheiro), assume a forma preço (CARCANHOLO, 2009, p. 7).

Aliás este entendimento está em sintonia com R. Carcanholo (1998, p. 3), quando este afirma que a produção mercantil, sobretudo no capitalismo, além de gerar valores de uso, acrescenta dimensão adicional aos bens produzidos. É uma dimensão que já não é material, mas social: o valor. Essa dimensão social, o valor, é o que permite o intercâmbio entre as mercadorias. Prado e Pinto (2012) vão além ao

afirmarem que “É evidente que as coisas nesse caso [produzidas para autoconsumo], mesmo tendo sido produzidas com esforço humano, também não têm valor” (PRADO; PINTO, 2012, p. 6, colchete nosso).

Diante da tese defendida por esses autores, é pertinente levantar algumas questões. Imaginemos o momento histórico no qual geram-se os primeiros excedentes acidentais nas comunidades primitivas: um produto que supera o necessário à satisfação das necessidades imediatas dos produtores. Se é o valor que permite o intercâmbio entre as mercadorias, ao mesmo tempo em que ele é uma relação social exclusiva de sociedades mercantis, sobretudo capitalistas, o que permite a troca desses excedentes? Há outra coisa além do valor que permite que a permuta entre mercadorias ocorra? Se nos abstrairmos de todas as características físicas dessas mercadorias, iremos nos deparar com um elemento comum entre elas que não é o trabalho abstrato?

A partir do raciocínio dos referidos autores, podemos, por exemplo, pressupor que, no momento em que os produtores começam a produzir além das suas necessidades, o trabalho adquire o caráter abstrato e passa a cristalizar-se como valor. Mas, se antes de venderem as mercadorias os produtores mudam de ideia e decidem manter o produto do seu trabalho para consumi-lo, essa mudança faz desaparecer misteriosamente o valor? Afinal, o que cristaliza o valor? É o caráter abstrato do trabalho ou a saciedade dos produtores? Esses mesmos questionamentos podem ser direcionados a Prado (2013), Mollo (2013), Saad Filho (2003), Paulani (2011), Grespan (2001) e Mattei (2003), partidários da mesma tese de que o trabalho abstrato e/ou o valor são categorias históricas.

M. Carcanholo (1998, p. 22), apesar de compreender a mercadoria como uma unidade contraditória formada por valor e valor de uso e admitir a possibilidade de resolução desta contradição, não faz uma adequada distinção entre o que é uma simples unidade e uma unidade de contrários:

Se essa mercadoria fosse reconhecida por ele [seu produtor] como um valor de uso, ele não a trocaria, visto que estaria interessado em suas propriedades materiais úteis, e não na sua capacidade de ser trocada. Nessa situação, a mercadoria seria um valor de uso e um não-valor, *ao mesmo tempo* (CARCANHOLO, 1998, p. 22, colchete nosso, ênfase do autor).

Note que, ao deixar de ser uma unidade de contrários, o autor chega a afirmar que o produto para o autoconsumo é um “não-valor”. Isto pode ser interpretado ou como inexistência de valor (desaparecimento que se daria de forma misteriosa, caso a mercadoria fosse consumida por seu produtor), o que implicaria a inexistência da própria unidade (condição 1 apresentada na seção anterior); ou como um não reconhecimento, por parte do produtor, da energia humana que ele mesmo gastou para produzir a mercadoria que está consumindo (análogo ao chamado não-valor de uso). Esta última interpretação fica mais difícil de ser aceita quando levamos em conta o fato de que, caso esta mercadoria não fosse consumida por seu produtor e tivesse como destino a troca por outra mercadoria, a energia gasta em seu trabalho, portanto o valor por ele produzido, existiria e se materializaria no corpo de outra mercadoria. Isto pressupõe a seguinte regra: se o trabalho abstrato se materializa no corpo de outra mercadoria, então o valor existe. Porém, se o gasto de energia humana se materializa no corpo natural daquele mesmo produto do trabalho, o valor não existe.

Em oposição ao entendimento desses autores, na nossa visão, Marx escreve o ponto 3 do capítulo 1 de *O Capital* justamente para demonstrar o momento da transformação da unidade valor e valor de uso em uma unidade de contrários, o que produz a transformação simultânea do produto do trabalho humano em mercadoria. Em seguida, descreve a evolução desta contradição, através das formas simples, total e geral, até chegar à forma dinheiro do valor. Este desenvolvimento lógico, que mostra simultaneamente o desenvolvimento do fenômeno “mercadoria”, é depois complementado por Marx no capítulo 2 com uma análise histórica correspondente às várias etapas de evolução das formas do valor. Convém aqui usar as palavras do próprio autor:

A existência do produto como mercadoria implica determinadas condições históricas. Para ser mercadoria, o produto não deve ser produzido para satisfazer imediatamente as necessidades do produtor. Se tivéssemos ido mais longe em nossas pesquisas, investigado as circunstâncias sob as quais todos os produtos ou a maioria deles tomam forma de mercadoria, ter-se-ia verificado que isto só ocorre num modo especial de produção, a produção capitalista. Mas essa pesquisa ultrapassaria a análise da mercadoria. Podem ocorrer produção e circulação de mercadorias, embora os produtos, em quase sua totalidade, se destinem à satisfação direta das próprias necessi-

dades, não se transformando em mercadorias, e o valor-de-troca esteja muito longe de dominar o processo social em toda a sua extensão e profundidade. O aparecimento do produto sob a forma de mercadoria supõe uma divisão de trabalho tão desenvolvida na sociedade que, ao ocorrer esse aparecimento, já terá concluído a dissociação entre valor-de-uso e valor-de-troca, dissociação que começa com a permuta direta. Esse estágio de desenvolvimento é comum a diversas formações econômico-sociais (MARX, 2006, p. 199–200).

Ou seja, a mercadoria tem origem no surgimento de uma contradição entre o valor e o valor de uso já presentes no produto do trabalho humano, elementos esses que derivam, respectivamente, do caráter abstrato e concreto desse trabalho. Em sociedades onde a produção é voltada para o autoconsumo, o valor existe, mas simplesmente não se manifesta através do valor de troca. Para que surja a mercadoria, desenvolve-se a capacidade física e mental do ser humano com acúmulo de destreza e conhecimento. Surge, por exemplo, o trabalho complexo, que, de acordo com Marx (2006, p. 65–66) é trabalho simples potenciado ou multiplicado. Essa transformação do caráter abstrato do trabalho resulta, por sua vez, em transformação da sua forma de manifestação, o trabalho concreto, mudando as características específicas das ações desenvolvidas para produzir um mesmo valor de uso ou até mesmo um valor de uso de qualidades diferentes e/ou superiores. Se se desenvolve o trabalho abstrato, desenvolve-se também o seu resultado, que é o valor.

Como não poderia deixar de ser, o desenvolvimento do conteúdo de um fenômeno deve necessariamente provocar transformações na sua forma. Esse processo de desenvolvimento do valor se reflete em alterações na sua expressão. Tais alterações iniciam-se com o fato do valor passar a assumir uma forma de manifestação externa (estranha à sua forma original), via valor de troca entre mercadorias, e finda com a forma preço do valor, onde a contradição interna entre valor e valor-de-uso, existente nas mercadorias, assume uma forma de manifestação externa de contradição entre mercadoria e dinheiro.

A redução dos trabalhos particulares em trabalho geral abstrato pode não ser possível numa sociedade de não produtores de mercadorias, porque não se tem uma forma social ampla de comparabilidade de uns produtos com os outros. Nem se faz necessário, na medida em que os produtos, por serem fundamentalmente destinados à satisfação das necessidades dos produtores, não carecem de mensuração ou compa-

ração externa com outros produtos do trabalho. Como vimos, o reconhecimento social do trabalho privado como trabalho útil se dá *ex-ante* e, por isso, determinado trabalho abstrato também será reconhecido, *ex-ante*, como útil por aquela sociedade, o que está associado à destreza do trabalho concreto de quem o executará. Consequentemente, sem a necessidade de uma avaliação social *ex-post*, via mercado, o valor também será socialmente reconhecido e se materializará no seu próprio valor de uso (sem o estranhamento característico da forma mercadoria), desde que este tenha sido produzido em concordância com as necessidades sociais pré-estabelecidas. Na sociedade mercantil, por outro lado, por ser necessária a comparação *ex-post* dos trabalhos de cada um, por meio da comparação das respectivas mercadorias, é não apenas possível, mas necessário que se tenha uma redução do trabalho em trabalho comum. Isto se dá via tempo de trabalho socialmente necessário, que figura como um mecanismo de correção e “coordenação” da produção social executada por produtores independentes de mercadorias.

Nesse contexto, os autores que aderem à concepção do valor como uma relação social confundem a existência do valor com a necessidade da existência de um mecanismo regulador e de reconhecimento social *ex-post*, via tempo médio de produção, do valor contido no produto do trabalho humano. É como se a existência do valor estivesse condicionada à formação de um tempo de trabalho socialmente necessário à produção de cada mercadoria e sua posterior troca. De fato, o tempo de trabalho socialmente necessário é um regulador social do valor em sociedades mercantis (tendo no capitalismo sua forma mais acabada), mas isto se dá porque, nestas sociedades, o trabalho privado e trabalho social está em contradição. Mas não é o tipo de regulador social que vai determinar se o trabalho (abstrato) privado produz ou não valor. Como foi dito anteriormente, há sociedades nas quais trabalho social e trabalho privado formam uma simples unidade. Existem outros reguladores do trabalho em outros tipos de sociedade, mas isso não exclui o fato de que o trabalho continua sendo gasto de energia humana e, portanto, incorporando valor aos produtos. Caso contrário, o que estaria por trás da escolha deste ou daquele trabalhador para executar atividades específicas em sociedade anteriores ao capitalismo, senão o fato de que eles o fariam em menos tempo ou obteriam maior produção com o mesmo dispêndio de energia de outros indivíduos da sociedade?

[...] quanto ao fator que determina a magnitude do valor, isto é, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, é possível distinguir claramente a quantidade da qualidade do trabalho. O tempo de trabalho que custa produzir os meios de subsistência interessou, necessariamente, aos homens, em todas as épocas, embora em grau variável com o estágio do desenvolvimento. Por fim, desde que os homens, não importa o modo, trabalhem uns para os outros, adquire o trabalho uma forma social (MARX, 2006, p. 93).

O regulador social, aqui, não é o tempo de trabalho socialmente necessário, mas, ainda assim, se baseia em algum tipo de racionalização da quantidade de valor que aquele trabalho requer. Destarte, a ausência de necessidade ou possibilidade de comparação direta do valor em sociedades autossuficientes não implica que ele não exista como fenômeno, nem que o ser humano não gaste força física e mental no processo de trabalho. Como afirmamos, o valor não necessariamente vai se manifestar como valor de troca, podendo ter outras formas fenomênicas de acordo com cada modo de produção. É esta parece ser a real confusão dos autores que defendem a historicidade do trabalho abstrato e, conseqüentemente, do valor.

A partir do exposto, podemos afirmar que a concepção do valor como relação social é aquela que só admite a existência do valor se este se manifestar como valor de troca. Como citado anteriormente, a partir da impossibilidade de se identificar o valor e uma forma socialmente ampla deste, como o valor de troca, alguns autores tentam fazer desaparecer das sociedades não mercantis o próprio trabalho abstrato. Isto parece uma inversão tal qual fez Saad Filho (2003, p. 161), ao afirmar que “A natureza dupla das mercadorias, enquanto valores de uso que têm valor de troca, se reflete no trabalho”, quando na verdade ocorre o contrário: o duplo caráter do trabalho (concreto e abstrato, por natureza) é que se reflete no duplo caráter do produto (como unidade, contraditória ou não, entre valor e valor de uso). O autor citado faz uma inversão da relação sujeito-objeto: a mercadoria, como objeto, atribui ao trabalho, como sujeito, suas características. Na realidade, é o trabalho, como ação do sujeito, que dá as características ao objeto. No entanto, em alguns fenômenos sociais, os objetos, e os elementos objetivos, impõem determinado comportamento ao sujeito e sua subjetividade. Efetivamente, o que os autores que citamos estão fazendo é recolocando a dialética novamente de “cabeça para baixo”. É preciso lembrar que são as forças produtivas que criam as relações de produção, não o contrário.

Por fim, queremos destacar que o entendimento dos autores discutidos na presente seção implica que a sociedade pode fazer surgir ou desaparecer o valor no produto do trabalho do ser humano. Imaginemos uma sociedade cuja produção é voltada para o autoconsumo e esteja às margens de uma sociedade tipicamente capitalista (uma aldeia indígena, por exemplo, na região Norte do Brasil). De acordo com Prado e Pinto (2012), no seu processo produtivo, os produtores diretos não estão produzindo valor. Contudo, caso, ao final do processo produtivo, a comunidade esteja saciada e opte por vender o excesso de produção no mercado, como por um passe de mágica, surge, naquele produto do seu trabalho, o valor. Afinal, o que gera valor? O trabalho ou a vontade de vender?

IV Considerações finais

A partir dos argumentos apresentados ao longo do texto, buscamos trazer novos elementos que contribuem para o debate em torno do caráter histórico, ou não, do valor e do trabalho abstrato. Estabelecendo uma formulação geral da categoria “unidade de contrários dialéticos”, definimos a mercadoria como uma unidade de contrários formada pelo par valor e valor de uso. Além disso, foram discutidas as consequências de, nas sociedades mercantis, o valor de uso se tornar manifestação do seu contrário, o valor; o trabalho concreto se tornar a manifestação do seu contrário, o trabalho abstrato; e o trabalho privado se tornar a manifestação do seu contrário, o trabalho social.

A partir da argumentação desenvolvida, identificou-se o que seria o equívoco concernente à interpretação do valor como uma relação social. Identificou-se que parece haver uma confusão entre o valor e seu regulador social via tempo de trabalho médio, entre o trabalho privado e seu reconhecimento social em si. Como sabemos, o tempo de trabalho socialmente necessário é o regulador social do trabalho (abstrato) privado apenas nas sociedades mercantis. Para os defensores desta concepção, este parece ser o elemento determinante da existência ou não do valor incorporado ao produto do trabalho humano: nas sociedades anteriores ao capitalismo, pela ausência do tempo de trabalho socialmente necessário, o produto do trabalho humano não continha valor, mesmo este sendo fruto do trabalho em seu aspecto abstrato, resultado do gasto de energia humana. Curiosamente, o tempo de trabalho socialmente necessário é um mecanismo *ex-post* de regulação do trabalho privado e só ocorre no mercado, local onde as mercadorias já chegam com seu valor incorporado. É no mínimo intrigante defender

uma concepção onde a determinação, ou não, da existência do valor se dê justamente no local onde ele apenas seria materializado, mas não produzido.

Como argumentado, no presente ensaio defendemos a concepção de que o valor está incorporado ao produto do trabalho humano, independentemente da sociedade onde este se dê. Porém, a forma como o valor se manifesta, isto sim, depende das relações que regem determinada sociedade. Assim, aquilo que os autores chamam de caráter social do valor podemos chamar de caráter social da forma do valor (ou como ele se manifesta). Vimos que nas sociedades onde a produção é destinada para autoconsumo, valor de uso e valor, trabalho concreto e trabalho abstrato, trabalho privado e trabalho social formam simples unidades. Nesse caso, o valor manifesta-se no seu próprio valor de uso. O trabalho concreto serve de forma para seu trabalho abstrato. O trabalho privado é, simultaneamente, trabalho social. Portanto, nessa sociedade, o valor não precisa assumir uma forma de manifestação estranha àquela que lhe é natural. Ou seja, não há o estranhamento entre valor e valor de uso, entre trabalho concreto e abstrato, nem entre trabalho privado e social. Contudo, há um conjunto de relações sociais que irão reger a forma como a energia humana despendida na produção (o valor) será reconhecida pelos integrantes da sociedade.

Por sua vez, quando se trata da sociedade de produtores de mercadorias (o que inclui o capitalismo), valor de uso e valor, trabalhos concreto e abstrato, trabalhos privado e social entram em contradição. Ou seja, os valores e os trabalhos se estranham entre si. Com isto, a energia despendida pelo trabalhador não pode se materializar no produto direto do seu próprio trabalho. Por isso, ele é obrigado a ir ao mercado e encontrar outro produtor com quem possa realizar a troca. Ao fazer isto, tem o valor de sua mercadoria e seu trabalho abstrato materializados no valor de uso da mercadoria e no trabalho concreto do outro produtor. Assim, aquele trabalho privado de outrem serviu como meio de tornar o seu trabalho individual em trabalho social. E aí é que entra o ponto por nós levantado: neste caso específico, o trabalho (abstrato) privado necessitou de uma forma de manifestação externa (estranha ao produtor e ao seu produto) para ser socialmente reconhecido e, conseqüentemente, materializado no valor de troca. Neste caso, temos a manifestação do valor como o resultado de uma relação social (mas não como uma relação social em si) externa à existência da própria mercadoria, a relação de troca.

Por fim, se faz necessário destacar a importância desta discussão não apenas para o entendimento da sociedade capitalista ou outras

anteriores a ela. Na realidade, entender os conceitos e as relações entre valor de uso e valor, trabalho concreto e abstrato e trabalho privado e social é essencial para pensar como eles poderão auxiliar na construção de modos de produção onde se possa racionalizar não apenas o trabalho, mas também os recursos naturais disponíveis. É também importante para esclarecer algumas questões teóricas como, por exemplo, a origem do dinheiro, coisa de que Marx (2006, p. 70) se orgulhava ao afirmar: “Importa realizar o que jamais tentou fazer a economia burguesa, isto é, elucidar a gênese da forma dinheiro”.

Referências

- ARTHUR, C. J. *The myth of ‘simple commodity production’*. 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/subject/marxmyths/chris-arthur/article2.htm>>.
- BORGES NETO, J. M. Por que o duplo caráter do trabalho é o “ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da economia política”? *Revista de Economia*, v. 34, n. especial, p. 111–129, 2008.
- CARCANHOLO, M. D. A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx. *Pesquisa & Debate*, v. 9, n. 2(14), p. 17–43, 1998.
- CARCANHOLO, M. D. Ainda sobre o caráter dual do trabalho no capitalismo: crítica ao hipostasiar trans-histórico e “historicista” do trabalho. In: *XIV Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo: SEP, 2009.
- CARCANHOLO, R. A. *Valor e preço de produção (a transformação dos valores em preços de produção)*. 1998. Disponível em: <<https://www.calameo.com/read/00014074948d80f4ae316>>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- CHEPTULIN, A. *A dialética materialista*. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.
- CORNFORTH, M. *Materialism and dialectical method*. London: International Publishers Co., 1971.
- GRESPLAN, J. Marx crítico da teoria clássica do valor. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 12, p. 59–76, 2001.
- LÊNIN, V. Cuadernos filosóficos. In: _____. *Obras completas, tomo XLII*. México: Ediciones de Cultura Popular, s.d.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital, livro I*. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MATTEI, L. Teoria do valor-trabalho: do ideário clássico aos postulados marxistas. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 271–294, 2003.
- MOLLO, M. L. R. A teoria marxista do valor-trabalho: convergências e divergências. *Crítica Marxista*, v. 37, p. 47–66, 2013.

PAULANI, L. A. Autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. *Economia*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 49–70, jan-abr. 2011.

PRADO, E. Da posição e da deposição histórica do valor-trabalho. *Marx e o Marxismo*, v. 1, n. 1, p. 108–133, jul-dez. 2013.

PRADO, E.; PINTO, J. P. G. Posição e desmedida do valor. In: *XVII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro: SEP, 2012.

RIBEIRO, N. R. *A crise econômica: uma visão marxista*. João Pessoa: Editora UFPB, 2008.

ROSENTAL, M. M.; STRAKS, G. M. *Categorias del materialismo dialectico*. 1. ed. México: Editorial Grijalbo, S.A., 1958.

SAAD FILHO, A. Teoria marxista do valor: uma introdução. *Revista Análise Econômica*, v. 21, n. 40, p. 159–177, set. 2003.